

Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista

Phenomenological psychology: a theoretical humanistic approach

Mauro Martins **AMATUZZI**¹

Resumo

Este ensaio visa fundamentar teoricamente a psicologia fenomenológica tal como ela tem sido praticada a partir de um enfoque humanista. Inicia descrevendo a fenomenologia como um modo de pensamento filosófico caracterizado pela consideração da experiência enquanto realidade vivida subjetivamente. Ela estuda a realidade daquilo que a psicologia pesquisa cientificamente. A fenomenologia inspira a construção de uma psicologia fenomenológica derivada da filosofia com aplicações no campo da prática psicológica e psiquiátrica. Inspira também uma outra forma de psicologia fenomenológica, que consiste no estudo qualitativo de experiências específicas e situadas, e que é praticada cientificamente no âmbito da psicologia. Essa segunda forma de psicologia fenomenológica é aqui discutida a partir de fundamentos teóricos humanistas. Como ilustração, sete passos da pesquisa em psicologia fenomenológica humanista são indicados no final do texto. Esses passos sugerem caminhos semelhantes para a prática profissional.

Unitermos: Experimentação. Fenomenologia. Humanismo. Psicologia.

Abstract

This essay aims to provide a theoretical foundation for the meaning of humanistic phenomenological psychology as conducted in an academic environment. The text starts by describing Phenomenology as a form of philosophical thinking that focuses on subjective human experience. Phenomenology attempts to understand the reality of the issues scientifically studied in Psychology. The first form of Phenomenological Psychology derives from Phenomenology as a philosophy and can be used in both psychological and psychiatric practice. Another form of Phenomenological Psychology, that is also inspired by Philosophy but employed scientifically in Psychology, consists of qualitative studies of specific, situated human experiences. This second form is discussed from a theoretical, humanistic point of view. Finally, as an illustration, seven steps for phenomenological humanistic research and professional practice are suggested.

Uniterms: Experimentation. Phenomenology. Humanism. Research psychology.

Este ensaio, elaborado a partir de uma palestra ministrada a um grupo de pesquisa em um programa de Pós-Graduação em Psicologia, nasceu da necessidade de compartilhar reflexões acerca do sentido de

uma psicologia fenomenológica tal como praticada no contexto da psicologia humanista (Espinha, 2007; Laurini, 2006; Messias, 2006), situando-o no conjunto de outros sentidos possíveis para essa expressão. Essa questão

▼▼▼▼

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Av. John Boyd Dunlop, s/n., Prédio Administrativo, Campus II, Jd. Ipaussurama, 13060-904, Campinas, SP, Brasil. E-mail: <amatuzzi2m@yahoo.com.br>.

não é nova (Angerami-Camon, 2005; Bello, 2006; Bruns & Forghieri, 1993; Giorgi, 1978, 2005; Gomes, 1997, 1998; Goto, 2007; Halling & Nill, 1995; Holanda, 2003). No entanto, como em uma abordagem qualitativa o desenvolvimento dá-se por aprofundamento e atualização da compreensão e, ao mesmo tempo, pela tentativa de criar uma linguagem comum no consenso de um grupo, justifica-se a conveniência de tornar novamente presentes esses significados. O texto parte de uma caracterização da fenomenologia como abordagem de pensamento, articula as concepções de psicologia fenomenológica, concentra-se no modelo praticado no contexto da psicologia humanista e termina com breves sugestões acerca dos passos da pesquisa e da prática profissional.

Fenomenologia

Fenomenologia é, em primeiro lugar, um modo de se fazer filosofia. Isso não quer dizer que ela seja um método entre outros possíveis para se chegar ao mesmo objetivo. É que seguindo o modo fenomenológico de pensar, o lugar em que se chega é próprio; tem a coloração do caminho percorrido. Nesse sentido, melhor seria chamá-lo de paradigma.

Um olhar histórico sobre isso ajuda a esclarecer o assunto. No fim do séc. XIX e começo do séc. XX, Edmund Husserl, fundador do movimento fenomenológico, tinha diante de si duas respostas para a questão dos caminhos do conhecimento (Husserl, 1954/2004, 1920/2005). De um lado, a ciência positivista, baseada em fatos, mensurações e verificações. Como resultados concretos já apareciam as fabulosas máquinas inventadas pela tecnologia: a vida humana do dia-a-dia havia mudado bastante e haveria de mudar ainda; o progresso científico impressionava a todos. De outro lado, a filosofia. Aqui as coisas eram mais caóticas. Cada cabeça, uma sentença; cada filósofo, uma proposta. Além disso, havia a dificuldade de se encontrar um “juiz” ou um critério objetivo que permitisse discernir o que era válido e o que não era. Como consequência, uma espécie de ceticismo generalizado: o sentimento de que não há possibilidade de se chegar a uma verdade; o máximo que se pode fazer é comentar criticamente o que os outros disseram. Até hoje, nos meios filosóficos, as dissertações e teses defendidas são, na maioria das vezes,

estudos históricos: o que pensou um determinado autor sobre tal ou tal assunto.

Diante da ciência, Husserl percebeu que, apesar de todo seu sucesso no desvendamento prático do funcionamento das coisas, ela deixava a desejar porque não trazia por si mesma uma resposta que satisfizesse a toda necessidade de saber do ser humano. A ciência ficava limitada ao âmbito permitido por seu método, o âmbito do empírico, do positivo, do imediatamente verificável. A questão do significado da realidade ou do sentido do mundo ficava fora do método científico. Desvendar o mundo medindo suas extensões: essa é a linguagem e esse é o limite da ciência que Husserl tinha diante de si. Trazendo um exemplo muito significativo em tempos posteriores, a ciência criou armas poderosas para a guerra, mas não disse qual o sentido de se guerrear. No campo da psicologia, pode-se dizer que a ciência mediu a inteligência, mas quando Binet foi questionado sobre o que era inteligência, ele teria respondido que era o que seus testes mediam (Gauquelin et al., 1980).

A partir disso, pode-se dizer com Merleau-Ponty (1951/1973) que a ciência faz muitas afirmações sobre a realidade, mas ela não sabe o que é essa realidade. Foi-se perdendo o sentido da realidade: esse tipo de questão foi sendo deixado de lado. Husserl falou sobre essa perda de significados no seu texto sobre a crise das ciências européias (Husserl, 1954/2004). Ele estava interessado em encontrar um caminho para se chegar a esse sentido esquecido, para além da ciência convencional: uma reflexão que resgatasse a experiência comum, que dissesse de quê a ciência está falando e como é essa realidade que se nos apresenta. Isso não podia ser feito em laboratórios, pois envolve o ser humano e sua produção de significados.

Diante da filosofia, algo parecido foi acontecendo. Falando em uma linguagem mais psicológica, poder-se-ia expressar assim a intuição de Husserl: se o homem pudesse considerar sua experiência, com tudo que nela está implicado, abstendo-se do julgamento espontâneo da realidade que ela encerra, ele poderia chegar a conclusões seguras acerca do conhecimento e seu alcance. Por esse caminho seria possível afirmar coisas sobre os atos da consciência, e isso mesmo seria um acesso à verdade que desacreditaria o ceticismo generalizado e daria uma base sólida para as discussões.

A esse projeto Husserl chamou de “filosofia como ciência rigorosa” e de “fenomenologia” (English, 1984). Foi por ter aberto essa possibilidade de um pensamento efetivo, que transcendesse o relativismo, que logo se formou em torno dele um grupo de discípulos e um movimento.

Que caminho é esse, então? É o da consideração da experiência em si mesma, independentemente dos juízos de realidade ou de valor que espontaneamente somos levados a fazer. Esses juízos correspondem ao que Husserl denominou atitude natural. Se estou vendo um ladrão roubando meu carro, por exemplo, imediatamente passo a tomar alguma providência para me proteger ou para evitar o roubo. Há aí um juízo implícito de realidade; não paro para considerar a experiência em si mesma. Se, pelo contrário, fizer exatamente isso - considerar minha experiência e deixar de me transportar espontaneamente para a realidade - estarei exercendo uma outra atitude: não a natural, mas a fenomenológica. Efetuar essa passagem também foi chamado de redução. É claro que muitos psicólogos iriam gostar disso, pois é o que eles fazem: ouvir o que a outra pessoa diz e, apesar de não se perguntarem se é verdade ou não, conectarem-se com um sentido desse dizer.

Normalmente ouvimos falar de “redução de” alguma coisa. Redução dos juízos de realidade ou valor, equivalendo a colocar entre parênteses esses juízos. Mas o certo seria falar de “redução a”: redução ao que imediatamente se apresenta. A isso que se apresenta chamou-se fenômeno. Trata-se do aparecer das coisas. Essa outra expressão de Husserl, “voltar às coisas mesmas” (English, 2001), deve ser entendida como uma volta ao que aparece na experiência quando adotamos a atitude fenomenológica. Um retorno às coisas mesmas na linha da atitude natural seria o equivalente à introspecção, ou seja, um olhar para dentro de si procurando o que existe “na” consciência. Na fenomenologia essa volta seria muito mais à consciência como ato do que à consciência como lugar. O que aparece, então, é a característica de autotranscendência da consciência: a intencionalidade. Toda consciência enquanto ato é sempre “de algo”. Não existe consciência pura sem intencionalidade nenhuma, assim como não existe conhecimento puro sem intencionalidade nenhuma. Não existe afeto puro sem remeter a nada. Perceber

que uma pessoa está com raiva não é perceber tudo que se passa com ela. É necessário perceber também a que, ou a quem, essa raiva se dirige - ou seja, qual é o seu sentido. Para Rogers e Rosenberg (1977), a atitude empática leva a entrar em contato não somente com o sentimento puro, mas com seu significado. Isso equivale a dizer que a empatia capta o movimento intencional da experiência.

Husserl escreveu coisas, depois dessas intuições iniciais, que podiam ser interpretadas como idealismo: nada mais existe que o pensamento; a realidade está no pensamento. Muitos dos primeiros participantes do movimento fenomenológico debandaram nessa época dizendo que não era por isso que se haviam reunido ali, mas justamente pelo contrário: queriam um caminho real para a verdade, por mais difícil que fosse. Merleau-Ponty não concordou com essas críticas ao mestre, e disse que não há propriamente idealismo em Husserl porque o mundo já está dado como pressuposto do próprio pensamento (Merleau-Ponty, 1945/1996, 1964/1992). Se nos instalarmos no interior do pensamento e tentarmos deduzir daí o mundo como realidade externa, jamais o conseguiremos. Se nos fecharmos no pensamento, nada nos fará sair dele. Só há um meio: compreender que o mundo já está dado como um pressuposto, algo que podemos ver no próprio pensamento, ou na consciência, desde que tenhamos uma atitude fenomenológica. É a intencionalidade que nos restitui o mundo; através dela percebemos que ele sempre esteve lá.

Neste momento da reflexão, surge um outro conceito da fenomenologia: o de mundo vivido (*lebenswelt*, em alemão), experiência pré-reflexiva, mundo que nos é dado antes de elaborarmos conceitos sobre ele. É do mundo vivido que nascem nossos pensamentos. Não se trata da natureza enquanto realidade objetiva (estudada pela ciência positivista), mas do mundo que se dá na relação, que se mostra como fenômeno primeiro e que pode ser depois elaborado no pensamento. Conhecer esse mundo é, então, conhecer nosso estar nele, conhecer nossas relações. A natureza enquanto realidade objetiva é uma abstração a partir do mundo vivido. O conhecimento deste nos inclui e, portanto, dá-se a partir de nosso estar e agir no mundo. Esse mundo é o pressuposto da ciência.

Nesse sentido compreende-se que o caminho fenomenológico do pensamento tenha sido designado no início como um caminho “psicológico”; e mesmo mais tarde, desfeitas as ambiguidades no uso desses termos, Husserl propôs como método próprio de uma nova psicologia descritiva a “redução fenomenológico-psicológica” (Husserl, 1954/2004, p.264).

Para uma visão mais global é preciso acrescentar, nessa compreensão aqui apresentada, que o contexto da experiência é interpessoal: nascemos em um grupo humano e vivemos junto a outros. O mundo vivido nos é dado também socialmente; aparece aqui a intersubjetividade. O modo fenomenológico de pensar caracteriza-se pela consideração da experiência intencional no encontro das subjetividades envolvidas com o mundo.

Fenomenologia e psicologia

A principal tarefa que Husserl se propôs foi esclarecer o caminho fenomenológico para o pensamento humano: qual o alcance do conhecimento, como são os atos da consciência, como se apresenta o mundo. Mas depois, no interior do movimento fenomenológico, vários outros aspectos ou setores da experiência foram sendo abordados. Heidegger (1995) voltou-se para o esclarecimento do ser e da existência; Scheler (1994) abordou os valores; Merleau-Ponty (1942/1972), o comportamento humano; Jaspers (1913/1979) inovou a visão da psicopatologia; Buber (1977), embora não fizesse parte do grupo original, descreveu fenomenologicamente o encontro humano.

Quando a fenomenologia estuda a imaginação, a percepção, a linguagem, a relação inter-humana ou os estados perturbados da mente, por exemplo, ela está se voltando para os mesmos objetos que a psicologia também considera. Mas a psicologia positivista (a que se refere Husserl) faz isso a partir de um enfoque empírico, por meio de mensurações, separando sujeito e objeto. Já a fenomenologia considera esses objetos enquanto vivências cuja natureza quer elucidar (sem se ocupar diretamente com medidas ou relações quantitativas). Nesse sentido, a fenomenologia não é essa psicologia, mas uma reflexão sobre a realidade da qual ela também se ocupa. Fazendo isso, a fenomenologia está ao mesmo tempo manifestando os fundamentos dessa psicologia e refletindo sobre seus limites: cons-

titui-se, pois, também como uma espécie de instância crítica da psicologia.

Ocorre ainda que esses desdobramentos da fenomenologia revelaram-se úteis até mesmo no interior do próprio fazer psicológico (e psiquiátrico), e por esse caminho acabaram construindo um saber próprio, voltado para o campo profissional dos psicólogos. Tal saber nasce no interior da filosofia e consiste em elaborações teóricas e práticas sobre os modos de ser humano, baseadas na reflexão da experiência pelo caminho proposto pela fenomenologia. Binswanger (1946/1971, 1956/1977), Boss (1975) (inspirando-se em Heidegger), Frankl (1989) e muitos outros, aplicaram esse saber (que eles ajudaram a construir) ao campo da psicoterapia. Ao cabo, esses desdobramentos constituem mais um significado para a expressão psicologia fenomenológica (diferenciada da filosofia propriamente dita, por visar um esclarecimento da vida humana). Isso vai além do que Husserl fazia (que era propriamente filosofia), embora sem se contrapor a ele.

Tomando uma direção um pouco diferente, em alguns lugares fala-se de uma psicologia fenomenológica como um saber que se constrói e se exerce não a partir do interior da filosofia (se bem que sempre inspirado nela), mas, agora, a partir do interior da própria psicologia enquanto um fazer científico. Alguns autores trabalharam nesse sentido: Giorgi (1978) e Keen (1979), por exemplo. Com ênfases diferentes, esses autores pretenderam construir uma psicologia de inspiração fenomenológica husserliana (mais do que heideggeriana) e que pudesse ser considerada um fazer científico, embora trabalhasse em uma direção descritiva qualitativa e não quantitativa (não confundir com o uso do termo fenomenologia em medicina: descrição das manifestações de algo latente, os sintomas de uma doença). É nesse sentido que se pratica uma psicologia fenomenológica no contexto da psicologia humanista: elucidação do vivido baseada na consideração de experiências concretas e situadas, conduzindo a uma compreensão teórica que possibilite lidar melhor com o fenômeno.

Resumindo, pode-se dizer que além da fenomenologia como caminho filosófico propriamente dito, o que inclui uma fenomenologia da psicologia enquanto ciência positivista, existe uma psicologia fenomenológica que consiste em um desdobramento filosófico

fenomenologicamente conduzido na direção dos assuntos que interessam aos psicólogos e psiquiatras, ou simplesmente ao viver humano (e que poderia também ser denominada de fenomenologia psicológica), e existe ainda uma outra forma de psicologia fenomenológica que, embora também inspirada na filosofia fenomenológica, é exercida a partir do interior da psicologia enquanto um saber científico, mas agora concebido em uma direção qualitativa. Em todos esses sentidos a psicologia fenomenológica volta-se para a experiência, para o vivido. Mas no terceiro sentido aqui enunciado, enquanto desdobramento direto da filosofia, ela está mais ligada à experiência comum, podendo ser evocada a partir da reflexão. E no quarto sentido ou seja, enquanto um saber inspirado na fenomenologia, mas que se exerce no interior da psicologia, volta-se para uma experiência específica e situada que se recebe por meio de um depoimento experiencial depois trabalho de forma sistemática nos moldes como se costuma fazer em procedimentos científicos.

Psicologia fenomenológica humanista

Uma vez situados os diversos sentidos da psicologia fenomenológica, podemos nos concentrar no quarto sentido definido acima (exercida a partir do interior da psicologia enquanto um saber científico, mas agora concebido em uma direção qualitativa), que é o mais usual no contexto da psicologia humanista. Como podemos caracterizar essa psicologia?

Além da inspiração fenomenológica, existe nela uma preocupação de aproximação com o mundo científico. Enquanto pesquisa, ela deve começar com um encontro com o fenômeno em alguma situação concreta; isso corresponde à coleta de dados de qualquer pesquisa científica. Pode ser feita sob a forma de entrevistas, observação participante ou pesquisa de intervenção, por exemplo. O pesquisador recolhe informações não apenas a partir de sua reflexão pessoal sobre sua experiência enquanto expressiva da experiência comum da humanidade (como acontece na fenomenologia filosófica); recolhe informações sistematicamente, entrando em alguma situação previamente escolhida ou de alguma forma planejada. Desde o acesso a esses dados da experiência subjetiva ou a essas vivências, o enfoque já é fenomenológico, e os dados,

bem como seus significados, formam um todo. No entanto, o pesquisador sai de seu gabinete, vai para uma situação onde possa se encontrar com o fenômeno e de alguma forma anota, grava, registra em sua memória, para depois transformar em narrativas. Na situação ele pergunta, dialoga, questiona, observa e facilita o acesso do entrevistado à própria experiência subjetiva, que inclui memórias e significados. Depois, de volta ao seu gabinete, ele exerce um segundo olhar, o analítico (de novo fenomenológico), sobre aqueles dados assim construídos. Husserl não elaborou a psicologia fenomenológica com essa concretude com a qual tem sido praticada nas academias no contexto de dissertações e teses de mestrado e doutorado na área da psicologia.

A grande questão aqui é: seria válida essa psicologia fenomenológica? Conseguiria ela ir além de um arremedo de ciência? E, além disso: que contribuição ela poderia trazer para a prática psicológica? Respostas a essas perguntas requerem um retorno à psicologia.

As pesquisas e as práticas psicológicas seguem teorias diversas, nem sempre compatíveis uma com a outra. Pode-se, no entanto, simplificar essa diversidade para o fim que interessa a essa reflexão. Do ponto de vista da psicologia humanista, pode-se falar de dois grandes pressupostos teóricos que embasam as diversas abordagens: o pressuposto determinista e o pressuposto da autonomia.

No pressuposto determinista, o ser humano é pensado como algum tipo de mecanismo. Tudo que ele faz, assim como tudo que lhe acontece, tem uma causa determinante. A arte do atendimento consiste em descobrir essa causa e intervir no sentido de modificá-la ou substituí-la por outra. As causas determinantes das condutas humanas podem ser internas (além de uma energia interna, compreendem-se as cognições, representações sociais, motivações inconscientes, resíduos da história passada, por exemplo, que dão a essa energia sua direção); ou externas (estímulos do ambiente físico ou social, isoladamente ou em configurações complexas, que acionam e dão direção a uma fonte de movimento) (Baum, 1999). Dentro deste pressuposto do determinismo psicológico, o atendimento, para que seja eficaz, exige um olhar analítico

da situação. Este olhar configura-se como um diagnóstico. A partir dele, uma estratégia de intervenção é montada para dirigir a ação terapêutica para os fins visados: uma troca de causas determinantes. As pesquisas, quando estão a serviço dessa forma de trabalho com pressuposto metodológico determinista, visam estabelecer ligações genéricas de causalidade (para esclarecer o que se passa nos casos particulares e orientar a intervenção), ou então visam quantificar a distribuição de determinado fenômeno em um determinado campo (orientando decisões no plano de uma política de saúde mental, por exemplo). Em ambos os casos são pesquisas voltadas para práticas de intervenção controladora. Quando se trata de pesquisa básica, ela ainda assim visa instrumentalizar a intervenção, fornecendo-lhe uma base remota mais segura, ou então, e em qualquer caso, concebe o conhecimento nos moldes de um acúmulo de informações quantitativas.

O pressuposto humanista da autonomia é diferente. Nele o ser humano não é visto como simples resultado de múltiplas influências, mas como o iniciador de coisas novas. A pessoa não é vista principalmente como efeito de causas anteriores modificáveis, mas como um ser desafiado pela vida e chamado a responder criativamente (Merleau-Ponty, 1996; Frankl, 1989). Isso quer dizer que se supõe que o ser humano tenha algum poder sobre as determinações que o afetam. O trabalho psicológico consiste fundamentalmente em oferecer um contexto dialógico no qual a liberação desse poder seja promovida. Aposta-se na autonomia crescente da pessoa e na fecundidade de uma relação humana honesta para promover essa autonomia. A autonomia é entendida como a capacidade que o ser humano tem de orientar sua própria vida de forma positiva para si mesmo e para a coletividade.

Nessa perspectiva, o atendimento não se baseia em um diagnóstico, mas na afirmação de uma tendência inata e criativa ao crescimento, e não é concebido como uma intervenção direcionada a efeitos específicos, mas sim como uma relação libertadora dessa tendência na pessoa. A qualidade dessa relação adquire importância capital, pois é a partir dela que a capacidade de ver claramente e de orientar a própria conduta por parte da pessoa que se relaciona com o psicólogo vai se estabelecendo. A palavra “diagnóstico” ainda pode ser

útil, mas agora com uma compreensão abrangente, que se constrói juntamente com o cliente e a serviço dele, ao longo do atendimento, e que inclui uma visão de seu modo de ser, da natureza da situação e também dos rumos que poderiam dar um sentido positivo à dinâmica da vida.

As pesquisas que estão a serviço desta forma humanista de atendimento são principalmente qualitativas, descritivas de vivências subjetivas, buscando explicitar seus significados potenciais em relação a algum contexto e habilitando o profissional com uma visão mais ampla do ser humano, pois é isso que o torna mais apto a oferecer aquela relação libertadora. Quanto à pesquisa básica, ela tende a fornecer uma base mais segura para um conhecimento do ser humano, conhecimento este que não é concebido como acúmulo de informações quantitativas, mas como compreensão cada vez mais abrangente dos significados envolvidos e dos contextos.

Voltemos então para aquelas perguntas sobre a pesquisa fenomenológica em psicologia. Na linha dos pressupostos deterministas, a pesquisa fenomenológica seria apenas de ajuda indireta e secundária. Já na linha dos pressupostos humanistas e existenciais, ela é essencial e primária, enquanto as pesquisas quantitativas são de ajuda somente indireta e subsidiária. Pode-se dizer que o tipo de pensamento mobilizado na pesquisa quantitativa, bem como na pesquisa de causa e efeito, é de mesma natureza que o exercido na intervenção de pressuposto determinista. Paralelamente, o tipo de pensamento mobilizado na pesquisa fenomenológica é de mesma natureza que o exercido na intervenção de tipo existencial humanista. Existe uma consistência interna nos dois modelos, envolvendo intervenção e pesquisa. No entanto, as palavras “instrumento” e “intervenção” servem mais ao modelo do pressuposto determinista, enquanto no modelo humanista as palavras “compreensão” e “relação dialógica” são mais convenientes. A pesquisa fenomenológica não “instrumentaliza” o profissional, mas qualifica-o para uma melhor atuação, com a possibilidade de uma compreensão mais ampla.

Será que essas considerações, válidas para a psicologia fenomenológica em geral, aplicam-se também ao quarto sentido elencado anteriormente, na sua forma humanista que estamos agora consideran-

do? A resposta será positiva se levarmos em conta que a prática psicológica pode requerer mais que esclarecimentos de fundamentos, e pedir elucidações de experiências vividas em contextos bem específicos; só assim o psicólogo estará mais familiarizado com certas situações e mais capaz de se relacionar compreensivamente e criativamente com as pessoas nelas envolvidas. Além disso, importa considerar que a profissão de psicólogo constitui-se no contexto de uma formação científica (mais do que filosófica), por um lado, e por outro lado o fato de que o psicólogo humanista trabalha principalmente ouvindo pessoas. É natural, então, que as pesquisas partam de um ouvir sistemático, concreto, específico, e não apenas um ouvir genérico, consultando a experiência comum a partir da reflexão e propondo generalizações naturalísticas. A linguagem científica pode trazer contribuições válidas para o rigor do conhecimento que embasa a prática. Nada disso, no entanto, dispensa o psicólogo humanista de uma reflexão filosófica mais aprofundada e que permita uma construção mais ampla de teorias, como será ilustrado a seguir.

Passos da pesquisa e da prática

A partir do exposto, quais poderiam ser os passos de uma pesquisa psicológica fenomenologicamente conduzida? Várias sequências já foram propostas (Amatuzzi, 1996; Macedo, 2000). A formulação apresentada a seguir visa ilustrar as considerações anteriores.

1) Delimitar o objeto a ser estudado (o campo da experiência) e o tipo de olhar pretendido sobre esse objeto. Nesse tipo de pesquisa, falar em objeto e tipo de olhar é mais adequado que falar em objetivo geral e objetivos específicos. A escolha e a formulação adequada de um campo e de um enfoque epistemológico são fundamentais para uma pesquisa relevante.

2) O desafio seguinte é o encontro concreto com o fenômeno na sua alteridade (o "onde" e o "como" desse encontro devem estar genericamente previstos no passo anterior). Esse passo equivale ao tradicional ir a campo: imersão e convívio. Aqui existem duas preocupações importantes: como o pesquisador vai facilitar ao entrevistado o acesso à sua experiência vivida, e como ele vai registrar esse encontro para posterior análise.

3) Em seu gabinete, o pesquisador irá proceder à análise do que ele trouxe de seu encontro (muitas vezes

ele está sozinho, mas em uma pesquisa colaborativa ele pode contar com outras pessoas envolvidas com o fenômeno para fazer essa análise). Nessa situação, em primeiro lugar ele procurará obter uma visão de conjunto de todo o material, conectando-se com seu sentido global; isso pode ser feito sem escrever nada, ou pode haver a elaboração de um texto com suas impressões gerais, em uma tentativa de captar o essencial ou de descrever o fluxo experiencial da entrevista.

4) O passo seguinte da análise é a busca dos eixos de significado de todo o material coletado ou produzido. Na verdade, essa busca tem início em passos anteriores, mas aqui ela deve concretizar-se em algo como uma lista de aspectos ou conexões significativas que podem constituir respostas parciais à pergunta da pesquisa. É comum haver, nesse momento, uma volta ao material coletado para fundamentar cada um desses eixos ou elementos significativos.

5) Toda a análise caminha em direção a uma articulação desses eixos em um texto unificado e consistente. Esse texto corresponde ao resultado da pesquisa, ou à síntese do material concreto, mas não ainda à conclusão.

6) Com esse resultado diante de si, o pesquisador inicia a construção de uma interpretação mais abrangente do fenômeno. Trata-se de elaborar uma possibilidade de compreensão que vá além daquelas situações individuais ou particulares de onde partiu a pesquisa, ou que se coloque em um plano mais abstrato. Trata-se de construção de teoria: é a conclusão.

7) O último passo, não menos importante, é a comunicação da pesquisa: encontro vivo com a comunidade científica (publicação, comunicação em congresso) ou com outro público interessado. Essa comunicação é sempre uma recriação da pesquisa na interlocução com outras experiências.

Passos análogos a esses podem ser sugeridos para a prática profissional do psicólogo: delimitação do âmbito do trabalho juntamente com o cliente (pessoa ou grupo), encontro com o vivido, apreensão global de seu significado, explicitação dialógica dos eixos de significado e dos significados potenciais, disponibilidade a uma nova compreensão do todo e ressignificação ou redirecionamento dos rumos de vida na prática.

Referências

- Amatuzzi, M. M. (1996). Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 13 (1),5-10.
- Angerami-Camon, V. A. (Org.) (2005). *As várias faces da psicologia fenomenológico-existencial*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Baum, W. B. (1999). Compreender o behaviorismo. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bello, A. A. (2006). *Introdução à fenomenologia*. Bauru: Edusc.
- Binswanger, L. (1971). *Introduction à l'analyse existentielle*. Paris: Les Éditions de Minuit. (Originalmente publié et 1947).
- Binswanger, L. (1977). *Três formas de existência malograda*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1956).
- Boss, M. (1975). *Angústia, culpa e libertação*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Buber, M. (1977). *Eu e tu*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Bruns, M.A. de T. & Holanda, A. F. (Orgs.) (2003). *Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas* (2a. ed). Campinas: Alínea.
- English, J. (2001). *Husserl. Verbete do dicionário dos filósofos, dirigido por Denis Huisman*. São Paulo: Martins Fontes.
- Espinha, T.G. (2007). *Repensando o cuidado a partir de vivências de internação em hospital geral*. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Forghieri, Y. C. (1993). *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas*. São Paulo: Pioneira.
- Frankl, V. (1989). *Um sentido para a vida*. Aparecida: Ed. Santuário.
- Gauquelin, M., & F., Akoun, A., Amar, A., Chauchard, P., Rideau, A., Sarton, A., Victorio D., & Vivilaume, M. (1980). *Dicionário de psicologia*. Lisboa: Verbo.
- Giorgi, A. (1978). *Psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Giorgi, B. (2005). Reflexions on therapeutic practice guided by a Husserlian perspective. *Journal of Phenomenological Psychology*, 36 (2), 141-193.
- Goto, T. A. (2008). *Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl*. São Paulo: Paulus.
- Gomes, W. (1997). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. *Psicologia USP*, 8 (2):305-336.
- Gomes, W. (Org.) (1998). *Fenomenologia e pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: UFRGS.
- Halling, S., & Nill, J. D. (1995). A brief history of existential-phenomenological psychiatry and psychotherapy. *Journal of Phenomenological Psychology*, 26 (1):1-45.
- Heidegger, M. (1995). *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes.
- Husserl, E. (2004). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*. Paris: Gallimard. (Originalmente publié et 1954).
- Husserl, E. (2005). *Investigações lógicas: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento)*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Pensadores. (Originalmente publicado em 1920).
- Jaspers, K. (1979). *Psicopatologia geral* (2a. Ed.). São Paulo: Livraria Atheneu. (Originalmente publicado em 1913).
- Keen, E. (1979). *Introdução à psicologia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- Laurini, M. A. (2006). *O dever do prazer segundo a experiência de jovens: um estudo fenomenológico*. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Macedo, S. M. (2000). Psicologia clínica e aprendizagem significativa: relatando uma pesquisa fenomenológica colaborativa. *Psicologia em Estudo*, 5 (2):49-76.
- Merleau-Ponty, M. (1996). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1945).
- Merleau-Ponty, M. (1992). *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva. (Originalmente publicado em 1964).
- Merleau-Ponty, M. (1973). *Ciências do homem e fenomenologia*. São Paulo: Saraiva. (Originalmente publicado em 1951).
- Merleau-Ponty, M. (1972). *La structure du comportement*. Paris: Presses Universitaires de France. (Originalmente publié et 1942).
- Messias, T. S. C. (2006). *Compreensão psicológica das vivências de pais em aconselhamento genético: um estudo fenomenológico*. Tese de doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Rogers, C., & Rosenberg, R. L. (1977). *A pessoa como centro*. São Paulo: Edusp.
- Scheler, M. (1994). *Da reviravolta dos valores*. Petrópolis: Vozes.

Recebido em: 9/5/2007

Versão final reapresentada em: 3/8/2007

Aprovado em: 20/12/2007